

dizou três candidatos, com mérito para constituir a respetiva proposta de designação, entre os quais o licenciado Luís Afonso de Chaby Rosa Vaz.

Assim, nos termos do estatuido nas disposições conjugadas do n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, do n.º 2 do artigo 1.º, da alínea a) do artigo 4.º e do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2012, de 27 de março, que aprova a orgânica do Instituto de Cinema e do Audiovisual, I. P.:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos renovável por igual período, Luís Afonso de Chaby Rosa Vaz para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P., cujo currículo académico e profissional, que consta da nota curricular que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua publicação.

29 de outubro de 2018. — A Ministra da Cultura, *Graça Maria da Fonseca Caetano Gonçalves*.

Nota curricular

Luís Chaby Vaz nasceu em 31 de maio de 1967, em Lisboa.

Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (1993, menção Jurídico-Económica) e Pós-Graduado em Direito da Comunicação/Economia da Comunicação pelas Universidades de Coimbra e Poitiers (1995).

Iniciou a sua atividade profissional em 1993 como Advogado na Sociedade de Advogados Coelho Ribeiro e Associados, com especial dedicação às áreas do direito comercial, direitos de autor e direitos conexos.

Em 1996 foi nomeado Subdiretor do Teatro Nacional São João, no Porto, onde se manteve até ao ano 2000, com os pelouros administrativos, financeiros e da comunicação.

No ano 2000, integrou o Grupo Young & Rubicam Portugal como Diretor Geral da unidade digital deste grupo publicitário e mais tarde, integrando a área de Advertising e New Business.

Em 2004 foi nomeado Vogal do Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II, cargo que exerceu até janeiro de 2006.

Em abril de 2006 é designado Presidente do Conselho de Administração da Tobis Portuguesa, S. A., mandato que interrompeu quando foi nomeado para Chefe do Gabinete do Ministro da Cultura, funções que desempenhou até janeiro de 2010.

Em abril desse mesmo ano é nomeado Conselheiro Cultural da Embaixada Portuguesa em Espanha.

Em setembro de 2013 regressa a Portugal onde integra os quadros da Capital Criativo S. A. com as funções de Project Manager. No âmbito desta colaboração, foi designado administrador de sociedades participadas por aquela entidade gestora. Desde setembro de 2016 tem desenvolvido a sua atividade profissional como consultor de empresas, em regime liberal.

É, desde junho de 2017, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. em regime de substituição.

311808507

Direção-Geral das Artes

Aviso n.º 16480/2018

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 25 de setembro de 2018, precedido dos pareceres prévios favoráveis do trabalhador e do respetivo serviço de origem, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria do técnico superior Rui Miguel Grilo Teigão, no mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes, com efeitos a 1 de outubro de 2018.

Nos termos do n.º 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o trabalhador mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, designadamente entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória e entre o 19.º e 23.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.468,79 €.

25 de outubro de 2018. — A Diretora-Geral, *Silvia Belo Câmara*.
311767619

Aviso n.º 16481/2018

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 29 de agosto de 2018, precedido dos pareceres prévios favoráveis do trabalhador e do

respetivo serviço de origem, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria do técnico superior Nuno Alexandre Oliveira da Silva Loio, no mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes, com efeitos a 1 de setembro de 2018.

Nos termos do n.º 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o trabalhador mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, designadamente na 2.ª posição remuneratória e no 15.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.201,48 €.

25 de outubro de 2018. — A Diretora-Geral, *Silvia Belo Câmara*.
311767432

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Amadeo de Souza Cardoso, Amarante

Aviso n.º 16482/2018

Homologação da Lista Unitária de Ordenação Final — Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários destinados a assistentes operacionais

Nos termos e para os efeitos conjugados do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada, a 24 de outubro de 2018, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, referente ao procedimento concursal de regularização extraordinária dos vínculos precários para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso publicado na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE201810/0081, para preenchimento de catorze postos de trabalho, na categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional.

Nome	Posto de trabalho	Classificação final (valores)
Amandina Alcina Carvalho Babo	Assistente operacional	19,17
Ana Isabel Almeida da Silva	Assistente operacional	19,17
Ângela Andreia Bessa Ribeiro . . .	Assistente operacional	19,17
Emília Cidália Pinto Ferraz	Assistente operacional	19,17
Emília Elisabete Rocha Ribeiro Castro Teixeira.	Assistente operacional	19,17
Silvia Maria Silveira Pinto	Assistente operacional	19,17
Vera Lúcia Coimbra Chantre	Assistente operacional	19,17
Ana Adelaide da Costa Penetro . . .	Assistente operacional	18,83
Maria da Conceição Costa Penetro	Assistente operacional	18,83
Maria da Graça Queirós Pinto . . .	Assistente operacional	18,83
Maria de Lurdes Moreira Macedo	Assistente operacional	18,83
Maria Rosa Teixeira Estrela	Assistente operacional	18,83
Maria Silva Pinto	Assistente operacional	18,83
Diogo Francisco Teixeira Oliveira	Assistente operacional	17,50

29 de outubro de 2018. — O Diretor, *Joaquim Artur Pereira Correia*.
311774836

Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado, Lisboa

Aviso n.º 16483/2018

Nos termos do disposto no artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, faz-se público que se encontra afixada a partir da presente data, na sala dos professores da escola, na sede deste Agrupamento, para consulta dos interessados, a Lista de Antiguidade do Pessoal Docente reportada a 31 de agosto de 2018.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

30 de outubro de 2018. — O Diretor, *João Paulo Martins Pereira Leonardo*.

311778627